



Número: **0803465-68.2019.8.15.0181**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Guarabira**

Última distribuição : **30/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMANOEL CLEMENTINO ANSELMO (AUTOR)		DAYSE EVANISIA DA COSTA PAULINO (ADVOGADO)	
MARIA APARECIDA GINU CLEMENTINO (REPRESENTANTE)		DAYSE EVANISIA DA COSTA PAULINO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24873718	30/09/2019 15:41	Petição Inicial	Petição Inicial
24873730	30/09/2019 15:41	documentos pessoais INVENTARIO MANOEL ANSELMO	Documento de Comprovação
24876149	30/09/2019 16:06	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
24876155	30/09/2019 16:06	LAUDO ACIDENTE MANOEL ANSELMO	Documento de Comprovação
24876157	30/09/2019 16:06	DOCUMENTO ACIDENTE MANOEL ANSELMO	Documento de Identificação
24876166	30/09/2019 16:06	documentos pessoais MANOEL ANSELMO 2	Documento de Identificação
27313452	07/01/2020 13:02	Despacho	Despacho
28716896	03/03/2020 12:20	Certidão	Certidão
31897790	29/06/2020 18:33	Despacho	Despacho
31907851	30/06/2020 07:53	Certidão	Certidão
31907880	30/06/2020 08:02	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
36394494	09/11/2020 08:48	Carta	Carta
36394495	09/11/2020 08:48	Expediente	Expediente
36809868	18/11/2020 16:16	Comunicações	Comunicações
36809886	18/11/2020 16:21	Comunicações	Comunicações

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____ VARA DA COMARCA DE GUARABIRA-PB.

EMANOEL CLEMENTINO ANSELMO, brasileiro, solteiro, estudante, menor impúbere, portador do RG nº 4516878. SSP/PB, e inscrito no CPF sob o nº. 171.801.267-56, **TAMARA CLEMENTINO ANSELMO**, brasileira, solteira, menor impúbere, neste ato representado por sua genitora **MARIA APARECIDA GINU**, brasileira, divorciada, Rg nº 2274362 SSP –PB , CPF nº 028.555.084-52 residente e domiciliado na rua Napoleão laureano,301, Bairro centro, Guarabira-PB, por seu advogado infra-assinado (doc.01), vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT –RITO SUMARIO ART 275 DO CPC

em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ: 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5 º andar, Centro, Rio de Janeiro -RJ - Cep 20031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

**PRELIMINARMENTE _____
DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**

Os requerentes requer seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que a mesma não possuir condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, conforme declaração anexa (doc. 02).



DOS FATOS

Os requerentes são filhos do falecido Sr. MANOEL ANSELMO, portador do CPF nº 793.693.671-87 e com RG nº 1710434 SSP-PB, falecido em 20.01.2016, vítima de acidente de trânsito, quando nas mediações da zona rural de Itamatay do Município de Guarabira-PB., ao ser atropelado por um veículo automotor, que vinha em sentido contrário, foi socorrido no local do acidente e transferido para João Pessoa, porém, não resistindo aos ferimentos, vindo à óbito no Hospital de traumas em João Pessoa-PB, conforme documentos anexos (doc. 02 óbito; doc. 03 Boletim de Ocorrência e doc. 04 documentos pessoais do falecido).

O falecido não era casado e deixou 4 filhos.

Salienta-se que o direito dos Autores, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo-lhe **devido o valor de R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteado, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT, contudo, MESMO DANDO ENTRADA ADMINISTRATIVAMENTE, a ré vem causando entraves inexplicáveis para efetuar o devido pagamento securitário, desde o falecimento do pai da autora em fevereiro de 2016.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr. MANOEL ANSELMO, culminado com o óbito, os Requerentes FILHOS do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

DO DIREITO

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.



Sendo assim, vem honrosamente e com as cautelas de estilo buscar a tutela jurisdicional para, só assim, ter reconhecido o seu direito incontestado de receber o seguro obrigatório guereado.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS_____

Da Legitimidade Passiva

No tocante à legitimidade passiva para a causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVAT, responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório.

Veja a Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça:

RESP: nº 401418 – MG RE: 2001.094323-0

DJ: 10/06/2002 PAG. 220

MINISTRO RUY ROSADO AGUIAR

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE IDENTIFICADO – 1. "Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a Lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou" (RESP nº 68.146/SP, 3ª Turma, da minha relatoria, DJ de 17/08/98). 2. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ – RESP 325300 – ES – 3ª T. – Rel. p/o Ac. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.07.2002)

Do Interesse de Agir

A Constituição federal assegura:

"A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito". (CF, art 5o, XXXV)



Portanto, Os Requerentes não precisam se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal.

Sendo assim, suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, vejamos a Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

- Nº: 121621999
- RELATOR: JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO.
- DATA DA PUBLICAÇÃO: 14/06/02.
- ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CÍVEL.
- PROCESSO: APELAÇÃO CÍVEL.
“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. INTERESSE PROCESSUAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. LEGALIDADE DA PRETENSÃO. FIXAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. O Beneficiário do Seguro Obrigatório DPVAT tem interesse processual para a ação de cobrança direta contra a seguradora, independente de prévio requerimento do benefício pela via administrativa. A interpretação dada a lei pelo réu, em defesa do seu direito, não configura hipótese ensejadora da litigância de má-fé. A indenização por acidente de veículo, pleiteada com base na cobertura do seguro obrigatório DPVAT é devida, independentemente da circunstância de haver sido pago ou não o prêmio a ele correspondente, a teor da orientação sumulada o STJ, cabendo ao requerente, apenas o ônus de provar a existência do sinistro e a sua condição de beneficiário. Recurso improvido por unanimidade”.

Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT, dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, não cumprem a legislação vigente. Logo, não esta obrigada a requerente receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

Da Previsão Legal – Decreto Lei nº 73, de 21/11/1966 complementado pelas leis nº 6.194/74 e 11.945/2009:

Os Requerentes exercem a presente faculdade, escudado em direito pessoal, com esteio no que determina o inciso II do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

No caso telado, e conforme demonstrado, a Requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT, cujo, o valor para fins de indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em caso de invalidez permanente.



Reza ainda no art. 5º da Lei supra que *“o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”*.

Assim, resta claro que os requerentes na qualidade de herdeiros da vítima de acidente automobilístico deverá ser indenizada pelo seguro, como medida de direito.

Concluindo, para fazer jus a tal indenização, a Requerente vem ao final, apresentar os documentos exigidos no artigo 5º, § 1º, da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974.

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer:

1) A **citação** da Requerida no endereço supra citado, para, querendo, responder nos termos da presente ação sob pena de revelia e confissão.

2) Que seja **julgada procedente** a presente ação, condenando a requerida ao pagamento integral do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), este corrigido monetariamente a partir da data do sinistro, além da incidência de juros moratórios de 1% a.m a partir da citação, conforme art. 219 do CPC.

3) Seja a Requerida condenada também no pagamento de **custas e honorários advocatícios**, estes no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

4) Seja concedido, ainda, os benefícios da **justiça gratuita**, por ser a requerente de pessoa pobre nos termos da Lei nº 1060/50.

5) A determinação da **inversão dos ônus** da prova em favor da autora, quando couber, com base no art. 6º, VIII, da Lei 8078/90, conforme disposto nos artigos 2º § único e 3º § 2º, ambos do mesmo diploma legal.



Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pela oitiva de testemunhas, juntada de documentos novos e supervenientes, depoimento pessoal e prova pericial, sem prejuízo de outras eventualmente cabíveis.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,
pede deferimento.

Guarabira, 13 de junho de 2018.

DAYSE EVANÍSIA DA COSTA PAULINO

OAB/PB 10.901



PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”.

EU, MARIA APARECIDA GINU CLEMENTINO, brasileira, divorciada, do lar, portador de C. de Identidade nº. 2.274.362 – SSP/PB, CPF nº. 028.555.084-52, residente e domiciliado na Rua: Napoleão Laureano nº 301, Bairro: Centro, Fone: (21) 96515-4849, GUARABIRA/PB.

Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui como bastante procuradora e advogada a **DRª. MARINALVA SOARES DE OLIVEIRA**, brasileira, Advogada legalmente inscrita na OAB/PB, sob o nº. 3.004, e-mail: **edgards.direito@hotmail.com** com escritório profissional sito à Rua João Benevides, nº. 58, Bairro Novo, Guarabira/PB, Fone: (83) 99631-9737/ (83) 98784-9695.

A quem confere amplos poderes para no foro em geral, com a cláusula “AD-JUDICIA”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender-me nas contrárias, seguindo uma e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para fazer retirada de 25% (vinte e cinco por cento) de honorários advocatícios quando a ação for resolvida no âmbito do juízo de primeiro grau e 30% (trinta por cento) quando a ação for submetida a segundo grau de jurisdição, com acompanhamento do mesmo profissional, confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

EU, MARIA APARECIDA GINU CLEMENTINO, brasileira, divorciada, do lar, portador de C. de Identidade nº. 2.274.362 – SSP/PB, CPF nº. 028.555.084-52, residente e domiciliado na Rua: Napoleão Laureano nº 301, Bairro: Centro, Fone: (21) 96515-4849, GUARABIRA/PB. Declara, nos termos da lei nº: 1.060/50 (Lei da Assistência Judiciária Gratuita), bem como o art. 98 do Novo CPC que é pobre na forma da lei, por isso, não tem condições de arcar com as custas processuais sem comprometer o sustento próprio e de sua família.

Guarabira/PB, 18 de Janeiro de 2017.


MARIA APARECIDA GINU CLEMENTINO



SUBSTABELECIMENTO

MARINALVA SOARES DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 3004 com escritório profissional situado à Rua João Benevides nº 58, Bairro Novo, Guarabira - PB, **SUBSTABELECE COM RESERVA DE PODERES** na pessoa de **DAYSE EVANISIA DA COSTA PAULINO**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 10.901 com escritório profissional situado à Praça João Pessoa nº 20, Centro, Guarabira - PB, os poderes conferidos por **MARIA APARECIDA GINU CLEMENTINO**, através de Instrumento Particular para ação de Inventário por Arrolamento Comum.

Guarabira, 06 de fevereiro de 2017.


MARINALVA SOARES DE OLIVEIRA
OAB/PB 3004



MANOEL EDINALDO GINU CLEMENTINO
RUA NAPOLEAO LAUREANO, S/N - CENTRO
GUARABIRA/PB CEP: 58200000 (AG: 22)

Classe/Subcl: COMERCIAL/COMERCIAL MONOFÁSICO
Roteiro 1 - 22 - 1d - 1535
Nº medidor: 00008518798
Referência Jan/2017
Emissão: 04/01/2017

energisa
ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Creta Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-030
CNPJ 09.035.133/0001-40 Insc. Est. 16.016.023-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.068.020
Código para Débito Automático: 0001603399-5

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): **5/1603399-5**

Canal de contato

Jan / 2017

Apresentação

04/01/2017

Data prevista da
próxima leitura

01/02/2017

CPF/CNPJ/RANI

75282878415

Insc. Est.

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 05/12/16	Leitura 6939	Data 04/01/17	Leitura 7105	1

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	266	0,44028	117,10
ICMS			42,31
PIS			1,78
COFINS			8,08
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIBUIÇÃO ILUM PÚBLICA			15,74
JUROS DE MORA 12/2016			0,05
MULTA 12/2016			2,99

Histórico de Consumo
(kWh)

Dez/16	229
Nov/16	188
Out/16	189
Set/16	208
Ago/16	183
Jul/16	206
Jun/16	183
Maio/16	198
Abr/16	218
Mar/16	242
Fev/16	205
Jan/16	268

Média dos últimos meses
209

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	188,28	25,00	42,31
PIS	189,28	1,0400	1,78
COFINS	188,28	4,7801	8,08

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

11/01/2017

R\$ 188,04

ad98.43dd.ce40.683c.f03d.1b18.7078.e169.

Indicadores de Qualidade 10/2016 - Guarabira

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	6,15	0,82	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	12,30		
DIC ANUAL	24,60		
PIS MENSAL	9,55	1,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
PIS TRIMESTRAL	17,10		
PIS ANUAL	34,20		
DMIC	3,83	0,92	
DICR	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	44,60	23,85
Compra de Energia	62,08	27,68
Serviço de Transmissão	3,08	1,63
Encargos Setoriais	17,48	9,30
Impostos Diretos e Encargos	70,94	37,73
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	188,04	100,00

Valor do EUSD (Ref. 10/2016) R\$ 43,60

ATENÇÃO

- Leitura confirmada





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

Manoel Anselmo

Maria Aparecida Clementino Anselmo

MATRICULA:

0725610155 1998 3 00006 138 0002672 58

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

Manoel Anselmo, nascido em oito de julho de um mil novecentos e setenta e seis (08/07/1976), natural de Alagoa Grande-PB, brasileiro. Filho de Maria da Luz Anselmo.
Maria Aparecida Ginú Clementino, nascida em nove de junho de um mil novecentos e setenta e sete (09/06/1977), natural de Guarabira-PB, brasileira. Filha de José Clementino de Pontes e Ana Ginú Clementino.

DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)

vinte e quatro de julho de um mil novecentos e noventa e oito

DIA

24

MES

07

ANO

1998

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ELE: O mesmo nome de solteiro

ELA: Maria Aparecida Clementino Anselmo

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

2º VIA - A margem do termo consta uma averbação referente ao divórcio litigioso do casal, julgado por sentença proferida pela Drª Israela Claudia da Silva Pontes Azevedo- Juíza de Direito da 3ª vara desta comarca em 01/02/2006, transitada em julgado em 03/03/2006. A divorciada voltou a usar seu nome de solteira : Maria Aparecida Ginú Clementino. Ato registrado no livro B. Aux.06, fls. 138, termo nº 2672. Tinham os contraentes a profissão ele setorista ela estudante.

Serviço Registral de Pessoas Naturais
Guarabira - Paraíba

Sebastiana P. da Costa e Souza
TITULAR

Mario Flávio da Costa e Souza
SUBSTITUTO

Maria de Fátima P. da Costa
ESCREVENTE

NOME DO OFÍCIO

Cartório do Registro Civil Evaristo da Costa

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

OFICIAL REGISTRADOR

Sebastiana Pereira da Costa e Souza

Guarabira-PB, 11 de junho de 2012

MUNICÍPIO/UF

Guarabira-PB

ENDEREÇO

Rua Osório de Aquino, 131, centro Guarabira-PB -
CEP - 5820000 FONE: 32711339

Sebastiana Pereira da Costa e Souza
Oficiala do Registro Civil

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ALTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO





CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CARTÓRIO FÁTIMA PAULINO

Reconheço por **SEMELHANÇA**

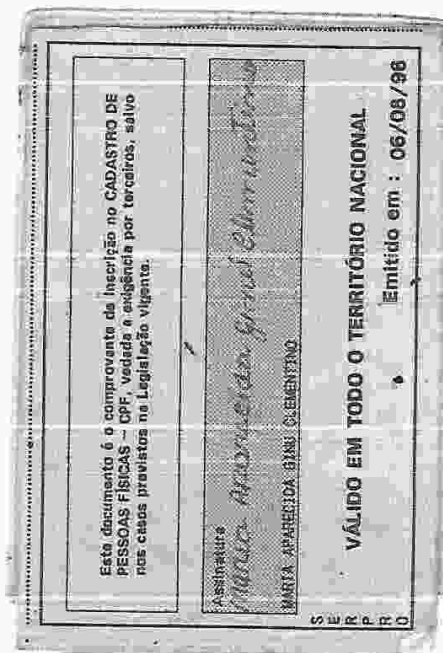
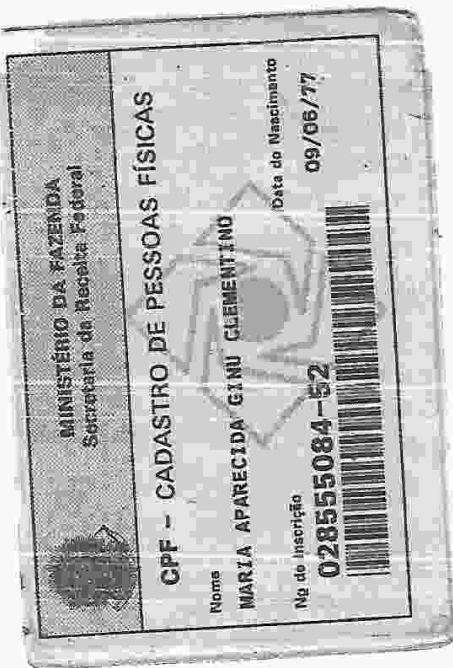
a(s) firma(s) de

SEBASTIANA PEREIRA DA COSTA E SOUZA
conforme autógrafo arquivado neste ofício. Em test.
da verdade.

GUARABIRA - PB
Em **12/06/2012**

Wilson de Freitas Santos
Tabelião Substituto





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Paraíba **ARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL**
 COMARCA DE Guarabira **GUARABIRA** **PARAÍBA**
 MUNICÍPIO DE Guarabira **Sebastiana Pereira da Costa e Souza**
 DISTRITO DE **REGISTRADOR CIVIL**
Maria Flávia da Costa e Souza
REGISTRADOR CIVIL SUBSTITUTO
Maria de Fátima Pereira da Costa
ESCREVENTE

Sebastiana Pereira da Costa e Souza

Oficial do Registro Civil

Oficial do Registro Civil

NASCIMENTO Nº 45055

CERTIFICO que, às fls. 133, do livro n.º 40, de Registro de Nascimentos, foi feito hoje o assento de Tamara Clementino Anselmo //

nascid. a seis de fevereiro de mil novecentos e dois mil (06.02.2000) às 07 horas e 45 minutos, em Maternidade
Senhora da Luz- nesta cidade

do sexo feminino

filh. a de Manoel Anselmo

natural de Alagoa Grande-PB

e de Dona Maria Aparecida Clementino Anselmo

natural de Sítio Tananduba deste município

Sendo avós paternos XXX XXX XXX

e Dona Maria da Luz Anselmo

e avós maternos José Clementino de Pontes

e Dona Ana Genu Clementino

Foi declarante a mãe

e serviram de testemunhas Josefa Alves Ferreira e

Roselia Souza de Oliveira

Observações: xx

xxx

xxxx

xxxxx

xxxxx

xxxxxx

O referido é verdade e dou fé.

GuarabiraPB

17

de março

de 19 2000

Sebastiana Pereira da Costa e Souza



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Paraíba
COMARCA DE Guarabira
MUNICÍPIO DE Guarabira

CARTEIRO DO REGISTRO CIVIL
PARAÍBA
Guarabira
Registrador Civil
Mário da Fátima Pereira da Costa

NASCIMENTO Nº: 48.005

CERTIFICO que, às fls. 82, do livro nº A-50, de registro de Nascimento, Foi
feito o assento de Manoel Clementino Anselmo
Nascido 0 aos dezenove de julho de 2002

às 20 horas e 25 minutos, em Maternidade Senhora da Luz
nesta cidade, do sexo masculino

Filho 0 de Manoel Anselmo

natural de Alagoá Grande PB

e de Dona Maria Aparecida Clementino Anselmo

natural de Tananduba deste município

Sendo avós paternos XX XX XX XX XX

e Dona Maria da Luz Anselmo

e avós maternos José Clementino de Pontes

e Dona Ana Ciná Clementino

Foi declarante O pai

Observações: XX XX XX XX

XX XX XX

XX XX XX

O referido é verdade; dou fé.

Guarabira PB, 15 de agosto de 2002

[Assinatura]





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

MANOEL ANSELMO

MATRÍCULA:

0692450155 2016 4 00016 063 0008343 04



SEXO masculino	COR —	ESTADO CIVIL E IDADE divorciado, 40 anos
NATURALIDADE/UF Alagoa Grande-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 793.693.671-87
ELEITOR — NÃO INFORMADO —		
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO) Maria da Luz Anselmo. Residia na(o) Rua Antonio Gomes Sousa da Silva, 353, Bairro Novo, no município de Guarabira-PB		
DATA E HORA DO FALECIMENTO vinte de dezembro de dois mil e dezessets - 07:30		DIA 20
		MÊS 12
		ANO 2016
LOCAL DO FALECIMENTO Hospital de Emergências e Traumas Senador Humberto Lucena no município de João Pessoa-PB		
CAUSA DA MORTE Traumatismo craniano encefálico grave, lesões encefálicas, ação contundente, acidente de moto, broncopneumonia, derrame pleural		
NOME DO MÉDICO / CRM Luciana Cavalcanti Trindade - CRM: 5151		LOCAL DO SEPULTAMENTO Cemitério Bom Jesus no município de Guarabira-PB
DECLARANTE Maria da Luz Anselmo, brasileira, casada, aposentada, residente e domiciliada: Avenida São Gonçalo, 1021, apto. 704, Manaíra, João Pessoa-PB, natural de Guarabira-PB		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Registro lavrado em 22/12/2016, no Livro C-00016, Nº 8343, folha 63. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 245105140. Não deixa bens e deixa três filhos.		
NOME DO OFÍCIO 5º Ofício de R. Civil e Tabelionato de Notas Tambaú		
OFICIAL REGISTRADOR Carlos Ulysses de C. Neto		
MUNICÍPIO/UF João Pessoa-PB		
ENDEREÇO Av. Professora Maria Sales, nº 852, Bairro Tambaú, João Pessoa-PB - CEP 58039130 Fone: (83)3506-7091 E-mail: quintooficiotambau@hotmail.com		

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
João Pessoa-PB, 22 de Dezembro de 2016

Adrielly Mota Andrade Ferreira
Adrielly Mota Andrade Ferreira
Escrevente

Selo Digital: **ADQ21424-SCYZ**
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

ARPENBRASIL AA 004244622 BRP





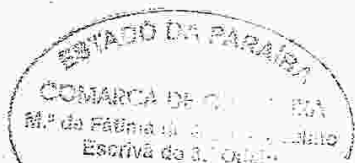
TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 1 de fevereiro de 2006, nesta cidade de Guarabira, Comarca de igual nome, Estado da Paraíba, no Edifício do Fórum, pelas 10:00 horas, onde presente se encontrava o(a) Exmo(a) Sr(a) Dr.(a) ISRAELA CLÁUDIA DA SILVA PONTES ASESSEDO, MM Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Comarca de Guarabira-PB, comigo Técnico Judiciário seu cargo adiante assinado, ordenou o MM. Juiz, ao Sr. Oficial de Justiça, que lêsse os trabalhos nos termos de estilo. Nos autos de AÇÃO DIVÓRCIO LITIGIOSO, Nº 002200500373-8, em que é autor(a) MARIA APARECIDA CLEMENTINO ANSELMO e promovido(a) MANOEL ANSELMO. Feitos os prazos de estilo pelo Oficial de Justiça, Certificou a presença da Dr.ª Anita Bethânia Rocha Cavalcanti de Mello (Promotora de Justiça), a Dr.ª Adriana Vasconcelos de Miranda Rocha (Advogada nomeada para este ato - OAB 12696/PB), o Dr. Francisco Fernandes da Costa (Defensor público) e os cônjuges. Abertos os trabalhos, a MM. Juíza disse o seguinte: Momentaneamente rejeitada a tentativa de reconciliar os cônjuges, vindo ao mesmo tempo, o desejo expresso em separarem-se. Considerando que as testemunhas, não se podendo provar o lapso temporal para a decretação no divórcio. Entretanto, as partes concordaram em converter o divórcio em separação consensual, razão pela qual concedo a parte. - ao Dr. Adriana Vasconcelos de Miranda Rocha, Advogada nomeada para este ato, a qual em suas razões orais, disse o seguinte: MM. Juíza: Nesta audiência as partes corroboraram no sentido de transformar a presente ação de Divórcio Litigioso para a ação de SEPARAÇÃO consensual, restando acordado o seguinte: 1) Os filhos do casal de nome: Emanuel Clementino Anselmo e Tâmara Clementino Anselmo, permanecerão sob a guarda materna; 2) Os filhos do casal serão pensionados pelo pai no quantum correspondente a R\$ 100,00, sendo que o referido valor deverá ser tirado do aluguel da casa e pago, pelo inquilino, diretamente ao Cônjuge varca, enquanto a casa estiver alugada. Quando for vendido o imóvel adquirido pelo casal, na constância do casamento, o varão continuará pagando o mesmo valor da pensão alimentícia, todo o dia 02 de cada mês; 3) A pensão referida será cumprida a partir de amanhã dia 02/02/2006; 4) Quanto ao bem imóvel adquirido na constância do casamento, localizado à rua Ulisses Menezes de Freitas, n.º 1465, Bairro Novo, nesta cidade de Guarabira-PB, será vendido e valor dividido entre os cônjuges em partes iguais, vindo as partes comunicarem a transação que deverá ocorrer; 5) O varão terá o direito de visitar os seus filhos de quinze a quinze dias nos finais de semana; 6) A varoa voltará a usar o seu nome de solteira. Assim, requer por fim que após a ouvida do MP, seja homologado o acordo e decretado o a Separação do casal, nos termos da lei 5.515/77. Em seguida foi concedida a palavra ao Dr. Francisco Fernandes da Costa, o qual disse o seguinte: MM. Juíza o promovido está plenamente de acordo com os termos proposto acima. Em seguida a MM. Juíza concedeu a palavra a Rep. do Min. Público, a qual em seus pronunciamentos disse o seguinte: Emêrita Magistrada: Sobre a ação de Divórcio Litigioso proposta por MARIA APARECIDA CLEMENTINO ANSELMO contra

Conferido com o original

Guarabira, 01 de 02 de 2006

ESCRIVÃO/ESCREVENTE



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - TITULAR
Av. Dom Pedro II, 1743 - Centro - Guarabira - PB CEP 50200-000 - FONE (31) 3311-1251

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Guarabira-PB 24/01/2017 11:17:38
Wardiria Toscano de Sales - Titular
(2017-000823) ENL:RS 2,31 FAPER:RS 0,27 FEPER:RS 1,53 RS 0,12
SELO DIGITAL: AED41012-1X59
autenticidade em <https://selodigital.jus.br>

Wardiria Toscano de Sales
Tabelião Público

LAUDOS





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

LAUDO CADAVERÍCO

Lauda nº 03.01.01.122016.12728

MANOEL ANSELMO

Órgão requisitante: 3ª DD da Capital
Dr(a): José Anselmo de Lucena

Remeter para:
Ilmo(a) Senhor(a).
Dr(a) Delegado Titular
DP de Guarabira/PB



MANOEL ANSELMO

Laudo nº: 03.01.01.122016.12728



GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

C: 837616

LAUDO TANATOSCÓPICO

Dr. Fábio de Almeida Gomes, Gerente Executivo / João Pessoa, atendendo à solicitação expedida da(o) 3ª DD da Capital de nº 155/16, datada de: 20/12/2016, designou um(a) Perito(a) Oficial Médico-Legal para proceder o exame cadavérico no corpo que nos foi apresentado como sendo de: MANOEL ANSELMO, Nacionalidade: brasileira, Estado civil: Desquitado, 40 anos, natural de: Alagoa Grande/PB, sexo: Masculino, filho/a de: ignorado e Maria da Luz Anselmo, residente na Rua Antonio Gouveia da Silva, 353, Novo, Guarabira/PB, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar e, bem assim responder aos quesitos no final formulados.

HISTÓRICO POLICIAL: Vítima de acidente de trânsito.

HISTÓRICO MÉDICO/HOSPITALAR: Faleceu durante o 16º dia; internado por acidente de motocicleta; diagnósticos – extenso hematoma frontal direito, sendo submetido à craniotomia descompressiva + drenagem de hematoma; óbito em 20/12/2016, às 07:30 horas.

DESCRIÇÃO: Exame realizado em: 20/12/2016 às 17:25h.

I - INSPEÇÃO EXTERNA: Cadáver de sexo masculino, de cor parda, apresentando bom estado de nutrição e de conservação; não trajando roupas; está em rigidez cadavérica e mostra livores violáceos de hipóstase em dorso; estando o cadáver em boas condições de análise. O couro cabeludo dá implantação a cabelos castanhos e apresenta tricotomia fronto-parieto-temporal direita. Havia uma incisão semicircular nessa região (com concavidade voltada para a face da vítima) compatível com as produzidas em neurocirurgia. Há outra ferida linear com cerca de 3cm de comprimento, em região parietal esquerda. Exame Odonto Legal em anexo. Ausência de lesões violentas dignas de notas periciais: face; pescoço; abdome; genitália externa; membros superiores; membros inferiores; dorso. Tórax: mostra uma ferida puntiforme, compatível com as produzidas em acesso venoso central, em região clavicular direita. Dorso: mostra um curativo em região sacral compatível com os utilizados para prevenção/ tratamento de úlcera por pressão.

II - INSPEÇÃO INTERNA: CAVIDADE CRANIANA: Feita uma incisão bi-mastoidea, rebatido o escalpo, foi constatado: infiltrado extenso em folheto anterior e periosteio. Abóbada craniana com fratura de trepanação (procedimento neurocirúrgico), sendo uma de 1,5cm parietal esquerdo e outro de 10 cm parietal esquerdo (com osso suturado). Retirada a calota craniana, o(a) perito(a) observou coágulos condizentes com hematoma subaracnóideo em grande quantidade em hemicrânio direito. Retirado o encéfalo, procedida a sua secção, o(a) perito(a) constatou: coágulos intraparenquimatosos. Removida a dura-máter, a base do crânio apresenta-se sem fraturas ou disjunções. **CAVIDADE TORÁXICO-ABDOMINAL:** Feita incisão fúrculo-pubiana, dissecados os planos músculos-cutâneos das paredes, retirado o plastrão condro esternal, constatam-se: hepatização de todo o pulmão esquerdo e do meio do pulmão direito; havia derrame pleural bilateral. O coração e os órgãos abdominais



Autenticada e fiel cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado, em testemunho da verdade.
Guarabira-PB 25/01/2017 10:35:49
Wardiria Toscano de Sales - Titular
ENL:R\$ 2,31 FAPEN:R\$ 0,27 FEPJ:R\$ 0,27 ISS:R\$ 0,12
REC41076-54FL
nticidade em <https://selodigital.pb.gov.br>

Luciana C. Trindade
Perita Oficial Médico-Legal
MAT. 157394-2 - CRM/PB 5151

1

EXAME COMPLEMENTAR: Não foi realizada alcoolemia devido ao tempo de internação hospitalar, o que inviabiliza o resultado.

Terminada a necropsia e após a reconstituição do cadáver, passa o(a) perito(a) a responder aos quesitos:

RESPOSTAS AOS QUESITOS:

- 1 - SE HOUVE MORTE? SIM.
- 2 - QUAL A CAUSA DA MORTE? 1) TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO GRAVE; 2) LESÕES ENCEFÁLICAS; 3) ACIDENTE DE MOTO.
- 3 - QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A MORTE? AÇÃO CONTUNDENTE.
- 4 - SE FOI PRODUZIDA POR MEIO DE FOGO, VENENO, EXPLOSIVO, ASFIXIA, TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL? PREJUDICADO.

E para constar foi exarado o presente laudo que segue devidamente rubricado e assinado pelo(a) perito(a) anteriormente nomeado(a).

Luciana C. Trindade

Dr(a). Luciana Cavalcante Trindade
Perito Oficial Médico Legal
Mat: 157.394-2 CRM 5151/PB

Luciana C. Trindade
Perita Oficial Médico-Legal
MAT. 157394-2 - CRM/PB 5151



MANOEL ANSELMO

Lauda nº: 03.01.01.122016.12728



GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

C: 837616

LAUDO TANATOSCÓPICO Secção de Odontologia

Data do exame: 20/12/2016 Hora do exame: 17:30

Órgão Requisitante: 3ª DD da Capital. Nº da Solicitação: 155/16. Autoridade Solicitante: José Anselmo de Lucena. Nome: MANOEL ANSELMO, 40 anos, filho (a) de: ignorado e de: Maria da Luz Anselmo. Sexo: Masculino. Nacionalidade: brasileira. Natural de: Alagoa Grande/PB. Profissão: ignorado.

DADOS CARACTERÍSTICOS:

Rosto: redondo. Sobrancelhas: retas. Pálpebras: fechadas. Íris: castanhos. Cor: parda. Pupilas: dilatadas. Conjuntivas: brilhantes. Nariz: mesorrino. Boca: média. Lábios: finos. Barba: por fazer. Bigode: por fazer.

D								Dentes Permanentes								E							
18	17	16	15	14	13	12	11	21	22	23	24	25	26	27	28								
48	47	46	45	44	43	42	41	31	32	33	34	35	36	37	38								

D					Dentes Decíduos					E				
55	54	53	52	51	61	62	63	64	65					
85	84	83	82	81	71	72	73	74	75					

Códigos

- - Restauração
- O - Cárie
- X - Extração
- RR - Resto radicular
- A - Ausente
- H - Hígido

Milena Noroiz Viana

Perito
15629



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular

Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 58200-000 - Fone: (83) 3274.1251

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original que se apresentou. Em testemunho da verdade.

Guarabira-PB 25/01/2017 10:35:50

Wardiria Toscano de Sales - Titular

[2017-000889] EMUL:R\$ 2,31 FARPEN:R\$ 0,27

SELO DIGITAL: AED41078-PD&P

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



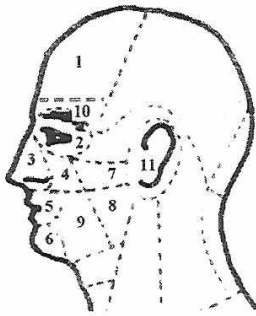
1



1398

MANOEL ANSELMO

Laudo nº: 03.01.01.



REGIÕES DA FACE

- | | |
|---------------|------------------------------|
| 1) FRONTAL | 7) ZIGOMÁTICA |
| 2) ORBITÁRIA | 8) MASSETERINA |
| 3) NASAL | 9) BUCINADORA |
| 4) GENIANA | 10) PALPEBRAL OU SUPERCILIAR |
| 5) LABIAL | 11) PRÉ-AURICULAR |
| 6) MENTONIANA | |

DESCRIÇÃO DO EXAME:

O cadáver apresenta a face livre de lesões violentas.

Milena Norões Viana
 Dr(a). Milena Norões Viana
 Perito Oficial Odonto - Legal
 Mat: 156.296-7 CRO 2757/PB

Perito
Mat: 156296





ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAUDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

REG.: 0000003953

1. UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO: 08.778.268/0036-90

CÓDIGO DA UNIDADE: 0012998

R. JOAO PIMENTEL FILHO, 447 - GUARABIRA - PB

DATA / HORA DO ATEND: 03/12/2016 22:51

ATEND POR: LUIZ

PARAIBA SECRETARIA DA SAUDE
Complexo de Saúde do Município de Guarabira
HOSPITAL REGIONAL DE GUARABIRA
CNPJ: 08.778.268/0036-90

2. DADOS CADASTRAIS DO PACIENTE:

NOME: MANOEL ANSELMO

SEXO: MASCULINO

EST CIVIL: DIVORCIADO(A)

SUS: 206292230890018

DN.: 08/07/1976

40 ANOS

ENDEREÇO: RUA ANTONIO GOLVEIA DA SILVA, 385

BAIRRO: NOVO

CIDADE/UF: GUARABIRA - PB

CEP: 58200000

MAE: MARIA DA LUZ ANSELMO

PAI:

3. ATENDIMENTO:

TIPO DE ATENDIMENTO

[] 01 - ATENDIMENTO URG/EMERGENCIA

[] 02 - PRIMEIRA CONSULTA

[] 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE

[] 04 - ATEND. URG/EMERG. P/ OUTRA UNID.

[] 05 - 1ª CONSULTA ANUAL P/ OUTRA UNID.

[] 06 - CONSULTA SUBSEQUENTE P/ OUTRA UNID.

MEDICAÇÃO:

[] PRESCRITA

[] APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

[] OBSERVAÇÃO

[] OUTRO HOSPITAL

[] OBITO

[] RESIDENCIA

[] INTERNAÇÃO

[] AMB. SUS

[] OUTROS

4. COD. PROCEDIMENTO:

ATV PROF

TIPO

GRUPO

FAIXA ETARIA

5. DADOS DE EXAMES CLINICOS, TRATAMENTOS E DEFINICAO DOS PROCEDIMENTOS:

Paciente em tratamento com insulina e com a glicemia em controle, sem sintomas de hipoglicemia, com exames de sangue e urina normais.

CONFERE
COM O ORIGINAL
14/02/2017

Cleonildo de Souza Filho
Diretor Geral de Saúde

6. MATERIAIS - MEDICAMENTOS & OUTROS RECURSOS:

PA: 240 x 140 mmHg

HGT: 118

7. DIAGNOSTICO: SD - AVEIA ?

8. CID

9. ASS. PACIENTE/ACOMPAN./RESPONSAVEL:

10. DIGITAL:

ASS/CARIMBO MEDICO

ASS/CARIMBO REV. TECNICO

ASS/CARIMBO REV. ADM.

Waldemar F. F. F.
Médico - CRM 4879
18/11/2016



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular
Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 58200-000 - Fone: (83) 3271-125

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original que me
apresentado. Em testemunho da verdade.
Guarabira-PB 25/01/2017 10:35:50
Wardiria Toscano de Sales - Titular
[2017-000688] EMDL:R\$ 2,31 FAPEN:R\$ 0,20 FEP:R\$ 0,46 ISS:R\$ 0,12
SELO DIGITAL: AEO41077-70V9
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO DE CADÁVER

DADOS DA OCORRÊNCIA

ORIGEM DO CADÁVER

- ☐ LOCAL DE MORTE VIOLENTA PERICIADO
☐ LOCAL DE MORTE VIOLENTA NÃO PERICIADO
☐ SVO / UNIDADE DE SAÚDE

ARMA UTILIZADA

- ☐ ARMA DE FOGO
☐ ARMA BRANCA
☐ OUTROS OBJETOS:

DATA

HORA

LOCAL PRINCIPAL DA OCORRÊNCIA
(via pública, residência, bar, etc.)

LOGRADOURO (rua, avenida, rodovia, etc.)

NÚMERO

COMPLEMENTO (APTO, SALA, ANDAR, ETC.)

BAIRRO

LOCALIDADE / COMUNIDADE

MUNICÍPIO / UF

PONTO DE REFERENCIA

LATITUDE

LONGITUDE

DADOS DA VÍTIMA

NOME

APELIDO

MÃE

SEXO ☒ MASCULINO ☐ FEMININO
☐ IGNORADO

DATA NASCIMENTO

IDADE APARENTE

IDENTIDADE

CPF

COR DA PELE / ETNIA

☐ PRETA ☐ PARDA ☐ BRANCA ☐ AMARELA ☐ INDÍGENA

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

MATRÍCULA Nº

ORGÃO

- ☐ GRECRIM / NUCRIM ☐ PC
☐ UNIDADE DE SAÚDE ☐ SVO
☐ OUTRO

ASSINATURA

DELEGADO DE POLÍCIA (NOME)

MATRÍCULA Nº

ASSINATURA

CORPO ENCAMINHADO PARA

- ☐ GEMOL
☐ NUMOL



ESTADO DA PARAÍBA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

Nº. 20162809
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DE CADÁVER









Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **793.693.671-87**

Nome: **MANOEL ANSELMO**

Data de Nascimento: **08/07/1976**

Situação Cadastral: **TITULAR FALECIDO**

Data da Inscrição: **27/08/1994**

Digito Verificador: **03**

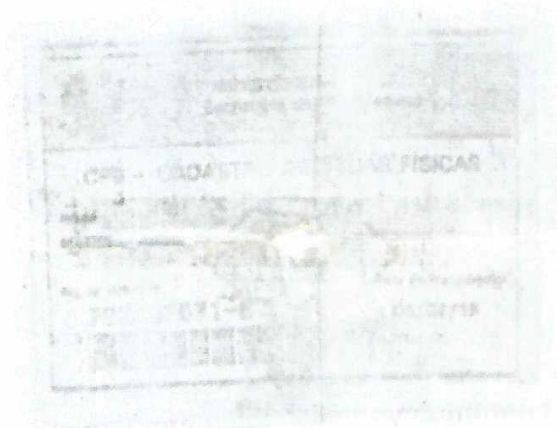
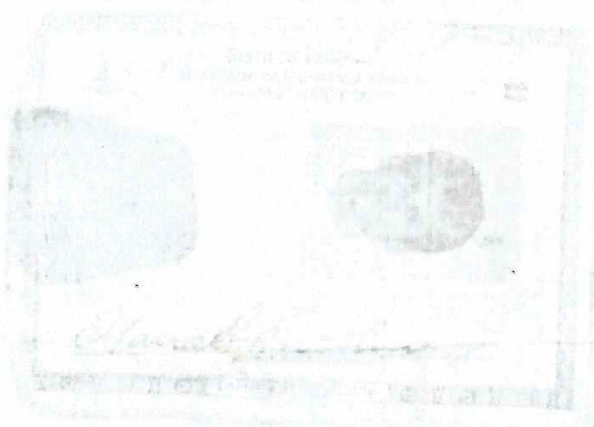
ATENÇÃO: consta, na base de dados da Receita Federal do Brasil, a informação de falecimento do titular deste CPF.

Ano de óbito: **2016**

Comprovante emitido às: **12:58:00** do dia **27/04/2019** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **306A.1165.14D6.BFFD**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Dayse Evansia da Costa Paulino
ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO-RN Nº 069886243

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MANOEL ANSELMO.

CATEGORIA
A.B

Nº DE REGISTRO
179040126

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

(OBRIGATORIA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE)

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

DATA NASCIMENTO **08.07.76** DATA 1ª HABILITAÇÃO **29.04.98** DATA EXPEDIÇÃO **30.04.99**

EXAME DE SAÚDE VÁLIDO ATÉ **08.07.2003**

OBSERVAÇÕES
NÃO DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS.

E20.

CONTRAN

TOSCANO DE SALES

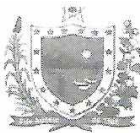
2ª Ofício de N.º 1251
1251-1251
Guarabira - PB

TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular
Av. Dum Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB - CEP: 51.200-000 - Fone: (83) 3271 1251

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Guarabira-PB 24/01/2017 11:20:23
Wardiria Toscano de Sales - Titular
[2017-000832] ENOL:R\$ 2,31 FAREN:R\$ 0,27 FEP:R\$ 0,46 ISS:R\$ 0,12
SELO DIGITAL: AED41821-H3MF
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Wardiria Toscano de Sales
Tabelião Público





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Ocorrência nº. 133/2019

Aos oito dias de Abril de dois mil e dezenove, nesta cidade de GUARABIRA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do (a) Dr(a). **SEVERINO GOMES DE ASSIS** Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 09h55min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

MARINALVA SOARES DE OLIVEIRA, brasileira, natural de Guarabira/PB, filha de Joao Paulino de Oliveira e Luzia Soares de Oliveira, RG: 292.729-SSP/PB, CPF: 149.097.904-20, OAB 3004, residente na Av. Osmar de Aquino, 298, Centro GUARABIRA/PB, (escritório) tel.96319737

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRANSITO
2) Data do fato: 03/12/2016
4) Local do fato: PB 073 PROXIMO AO VALE VERDE (CASA DE FESTA)
Hora do fato: 21hors

7) Breve resumo do fato:

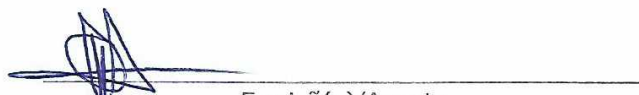
Disse a noticiante que na data e hora acima mencionada o senhor MANOEL ANSELMO, brasileiro, Desquitado,, de 40 anos de idade, natural de Alagoa Grande/PB, filho de pai ignorado e Maria da Luz Anselmo, residente na rua Antonio Gouveia, 553, Bairro Novo Guarabira/PB, se dirigia ao Vale Verde Para um pagode, aparentemente foi jogado por um veículo no acostamento, fato que não foi testemunhado por ninguém; Que foi socorrido por alguém que passou no local e viu o senhor caído ao solo para o Hospital Regional de Guarabira/PB, em seguida foi encaminhado para o Hospital do Trauma na capital do Estado e vindo a óbito dia 20/01/2016.

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

Segue documentação em anexo..

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.


Comunicante


Escrivã(o)/Agente





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0803465-68.2019.8.15.0181

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Nos termos do art. 695 do NCPC, encaminhe-se o processo ao CEJUSC para fins de realização de audiência de conciliação e mediação.

Observar o Cartório a seguinte sistemática processual:

- a) o mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo (art. 695, §1º);
- b) a citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.;
- c) a citação será feita na pessoa do réu;
- d) na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.

GUARABIRA, 7 de janeiro de 2020.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB

Número do Processo: 0803465-68.2019.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: EMANOEL CLEMENTINO ANSELMOREPRESENTANTE: MARIA
APARECIDA GINU CLEMENTINO
Polo passivo: RÉU: MANOEL ANSELMO

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que a parte promovida cadastrada no sistema, é diferente da contida na petição inicial.

Certifico e dou fé.

, 3 de março de 2020
SHIRLEANDRO SOARES PACHECO





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0803465-68.2019.8.15.0181

DESPACHO

Vistos, etc.

Mediante informações constantes na certidão retro (ID 28716896), proceda a escrivania com as retificações necessárias.

GUARABIRA, 29 de junho de 2020.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Número do Processo: 0803465-68.2019.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: E. C. A. REPRESENTANTE: MARIA APARECIDA GINU CLEMENTINO
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, em cumprimento ao que restou determinado no despacho de ID **31897790**, procedi as retificações em relação à parte ré, passando a constar a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT como polo passivo.

GUARABIRA, 30 de junho de 2020
CLAUDIO ARAUJO DA SILVA



Tendo em vista que já foram realizadas as retificações, devolvo estes autos ao CEJUSC.



**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
AUDIÊNCIA VIRTUAL**

Órgão Julgador: 3ª Vara de Família da Comarca de Guarabira/PB
Processo: 0803465-68.2019.8.15.0181
Classe do Processo: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s) do Processo: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
Polo ativo: EMANOEL CLEMENTINO ANSELMO e outros
Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), foram suspensas as atividades jurisdicionais presenciais a fim de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, advogados, jurisdicionados e usuários em geral. No entanto, há necessidade de manter a atividade jurisdicional que é essencial, por esta razão aplica-se os princípios da efetividade e celeridade processual para a realização de audiência por videoconferência, desde que seja assegurado condições mínimas para sua continuidade.

1)) D A A U D I Ê N C I A V I R T U A L

Desta forma, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara respectiva, fica CITADO e INTIMADO a parte promovida, acima qualificada, para, nos termos do Art. 236, §3º, do CPC, participar da audiência, acompanhado de Advogado(a), **Tipo: Conciliação Sala: SL Virtual1 Data: 11/12/2020 Hora: 08:30**, que será reduzida a termo.

2) LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA VIRTUAL:

<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m99a18e78eec6899980bddc2928ae137d>

Eventuais impossibilidades técnicas, que inviabilizem a participação na audiência acima mencionada, deverão ser informadas até a data do ato, sob pena de incidência do insculpido no Art. 334, § 8º do Código de Processo Civil.

3) UTILIZANDO A PLATAFORMA CISCO WEBEX

Para participar da referida audiência, aconselha-se, previamente, a instalação do aplicativo Cisco Webex e a utilização de computador (Desktop), Laptop, Tablet ou Notebooks com webcam e fone de ouvido que possua microfone, para evitar ruídos externos, mas não sendo possível, é permitida a participação por meio de celular Smartphone com acesso à internet, de preferência acesso a rede wi-fi ou tenha o seu plano 2G ou superior, ativo.

4) ENTRANDO NA SALA VIRTUAL

No dia e horário da referida audiência ou pouco minutos antes (antecedência máxima de 10 minutos), as partes devem acessar a sala virtual clicando no link abaixo ou poderá copiá-lo e colá-lo na barra de endereço, entrar



na página. Na sequência serão solicitados seu nome e seu e-mail para acesso à plataforma e, a seguir, clique em "Próximo". Concluídas as etapas, basta clicar em "Entrar na reunião". Após, basta aguardar, se necessário, a autorização do(a) Organizador para o ingresso na audiência virtual.

5) DURANTE A AUDIÊNCIA

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a) apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene e é processualmente válido. Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembrados;
- b) esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- c) mantenha o microfone desligado para evitar interferência (ecos) e,
- d) quando quiser falar, levante sua mão para percebermos e lhe conceder a palavra.

6) SUPORTE CEJUSC VIRTUAL

E-mail: cejuscgba@tjpb.jus.br

A T E N Ç Ã O :

Segue anexo, cópia da petição inicial. Atente-se a parte passiva aos termos dos artigos adiante. Art. 334, §5º, CPC/2015). O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando a parte não comparecer ou, comparecendo, não houver acordo. Art. 334, §8º, CPC/2015). O réu poderá ofertar petição com 10 (dez) dias de antecedência contados da data da audiência, para manifestar seu desinteresse na autocomposição. Art. 335, inciso I e II, do CPC/2015). Quando o pertinente ao caso, a incidência do prazo em dobro, nos moldes dos art. 180, 183, 186, 229, do CPC/2015. A ausência de contestação implicará revelia, nos termos do Art. 334, com ressalva ao Art. 345, ambos do CPC/2015.

Guarabira/PB, 9 de novembro de 2020

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Servidor Compromissado

OBSERVAÇÃO:

Nos termos da portaria 01/2020 do Cejusc de Guarabira fica registrado o seguinte:

...

Art. 1º. Informar que não será permitida a juntada de qualquer documento por ocasião da sessão de Mediação e Conciliação, nem mesmo atos constitutivos ou Cartas de Preposição e Procuração/Substabelecimento, devendo ser providenciada a juntada de forma prévia diretamente no sistema.

Art. 2º. Informar que independentemente de constar expressamente da ata de audiência tal advertência, a fluência do prazo para resposta inicia-se a partir da data da sessão de Mediação/Conciliação infrutífera, nos termos do art. 335, caput, incisos I, II, III, §1º e §2º, do CPC.

Art. 3º. Determinar que não serão consignados requerimentos endereçados ao Juiz no termo de audiência, uma vez que não existe a possibilidade de apreciação imediata.

Parágrafo único: Qualquer requerimento deverá ser feito através de petição por meio eletrônico diretamente no processo.

...

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 24873718; 27313452.



Pode Judiciário do Estado da Paraíba
3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Fórum Augusto de Almeida
Rua Solon de Lucena, 55 - Centro
Guarabira/PB - CEP 58200-000
Telefones: (83)3271-3342 # 3271-4308 # 3271-3967

INTIMAÇÃO POLOS ATIVO(S)
AUDIÊNCIA VIRTUAL

3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
P r o c e s s o : 0803465-68.2019.8.15.0181
C l a s s e do P r o c e s s o : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
A s s u n t o (s) do P r o c e s s o : [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
P o l o a t i v o : EMANOEL CLEMENTINO ANSELMO e outros
Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), foram suspensas as atividades jurisdicionais presenciais a fim de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, advogados, jurisdicionados e usuários em geral. No entanto, há necessidade de manter a atividade jurisdicional que é essencial, por esta razão aplica-se os princípios da efetividade e celeridade processual para a realização de audiência por videoconferência, desde que seja assegurado condições mínimas para sua continuidade.

1) DA AUDIÊNCIA VIRTUAL

Desta forma, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara respectiva, nos termos do Art. 236, §3º, do CPC, fica readequada a pauta de audiência por meio da plataforma videoconferência pelo (App Cisco Webex). A(S) PART PROMOVENTE(S), fica(m) INTIMADA(S), através de seu(s)ua(s) ADVOGADO(A/S), para participar(em) da audiência Conciliação Sala: SL Virtual1 Data: 11/12/2020 Hora: 08:30, a qual será reduzida a termo, devendo os(as) Procuradores(as) darem ciência aos seus respectivos clientes.

Eventuais impossibilidades técnicas, que inviabilizem a participação na audiência acima mencionada, deverão ser informadas até a data do ato, sob pena de incidência do insculpido no Art. 334, § 8º do Código de Processo Civil.

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS que a presente intimação foi encaminhada, via sistema, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s)advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe/TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme os Arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c Art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

2) UTILIZANDO A PLATAFORMA CISCO WEBEX

Para participar da referida audiência, aconselha-se, previamente, a instalação do aplicativo Cisco Webex e a utilização de computador (Desktop), Laptop, Tablet ou Notebooks com webcam e fone de ouvido que possua microfone, para evitar ruídos externos, mas não sendo possível, é permitida a participação por meio de celular Smartphone com acesso à internet, de preferência acesso a rede wi-fi ou tenha o seu plano 2G ou superior, ativo.



3) ENTRANDO NA SALA VIRTUAL

No dia e horário da referida audiência ou pouco minutos antes (antecedência máxima de 10 minutos), as partes devem acessar a sala virtual clicando no link abaixo ou poderá copiá-lo e colá-lo na barra de endereço, entrar na página, na sequência serão solicitados seu nome e seu e-mail para acesso à plataforma e, a seguir, clique em "Próximo". Concluídas as etapas, basta clicar em "Entrar na reunião". Após, basta aguardar, se necessário, a autorização do(a) Organizador para o ingresso na audiência virtual.

4) LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA VIRTUAL:

<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m99a18e78eec6899980bddc2928ae137d>

5) D U R A N T E A A U D I Ê N C I A

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a) apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene e é processualmente válido. Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembrados;
- b) esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- c) mantenha o microfone desligado para evitar interferência (eco) e,
- d) quando quiser falar, levante sua mão para percebermos e lhe conceder a palavra.

6) A P Ó S A A U D I Ê N C I A :

Após a audiência, o Conciliador ou o Mediador enviará via sistema Cisco Webex, ou WhatsApp ou e-mail o termo da audiência (o documento que fica no processo) em formato PDF.

7) S U P O R T E C E J U S C V I R T U A L

E-mail: cejuscgba@tjpb.jus.br

Guarabira/PB, 9 de novembro de 2020

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Servidor Compromissado

8) O B S E R V A Ç Ã O :

Nos termos da portaria 01/2020 do Cejusc de Guarabira fica registrado o seguinte:

Art. 1º. Informar que não será permitida a juntada de qualquer documento por ocasião da sessão de Mediação e Conciliação, nem mesmo atos constitutivos ou Cartas de Preposição e Procuração/Substabelecimento, devendo ser providenciada a juntada de forma prévia diretamente no sistema.

Art. 2º. Informar que independentemente de constar expressamente da ata de audiência tal advertência, a fluência do prazo para resposta inicia-se a partir da data da sessão de Mediação/Conciliação infrutífera, nos termos do art. 335, caput, incisos I, II, III, §1º e §2º, do CPC.

Art. 3º. Determinar que não serão consignados requerimentos endereçados ao Juiz no termo de audiência, uma vez que não existe a possibilidade de apreciação imediata.

Parágrafo único: Qualquer requerimento deverá ser feito através de petição por meio eletrônico diretamente no processo.

...



ciente



ciente

